



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 02 À CARTA-CONTRATO N. 17/2019.

TERMO ADITIVO N. 02 À CARTA-CONTRATO N. 17/2019 (evento [0468009](#))

PROCESSO SEI N. 0001801-25.2019.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 22/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N. 17/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE/RO, E A EMPRESA AXA SEGUROS S.A., TENDO COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCO TOTAL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, **AXA SEGUROS S.A.**, CNPJ Nº **19.323.190/0001-06**, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1600 - 15º andar - Vila Nova Conceição, CEP: 04543-011, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Telefone(s): (11) 3585-6400/3595-3684, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Senhora **ERIKA MEDICI KLAFFKE**, brasileira, Cédula de Identidade RG 10.637.764-1-SSP/RJ e CPF 074.973.707-74, E-mail(s): erika.medici@axa.com; luciana.carvalho@axa.com, Telefone(s): 2197437-4521 e por seu Diretor, Senhor **IGOR DI BEO**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 22.803.969 – SSP/SP e CPF 279.651.408-02, E-mail(s): igor.beo@axa.com; telefone(s): (11) 3685-6400/(11) 98981-7208, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização: Despacho 1348/2021- PRES/GABDG, de 13/10/2021 (evento [0747319](#)) e Informação 173/2021/SEMAP (evento [0737287](#)), de 10/09/2021, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente TERMO ADITIVO, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

1. **Registrar a supressão contratual no percentual de 1,135%** (um vírgula cento e trinta e cinco por cento) **sobre o valor da Carta-Contrato 17/2019** (evento [0468009](#)), correspondente ao total de R\$ 280,58 (duzentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos), em razão da desocupação de alguns imóveis, conforme detalhado na Informação nº 173/2021/SEMAP (evento [0737287](#)); e
2. **Prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato n. 17/2019** (evento [0468009](#)) **por mais 12 (doze) meses, a partir das 24:00hs do dia 23/10/2021 até as 24:00hs do dia 23/10/2022.**

Subcláusula Primeira – No anexo I deste instrumento consta tabela demonstrando os reflexos desta prorrogação já com as supressões ora mencionadas.

Subcláusula Segunda – O histórico desta contratação consta no anexo II deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total estimado deste termo aditivo é de **R\$ R\$ 39.469,43 (trinta e nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos)**, correspondente ao novo valor do Prêmio do Seguro (R\$ 23.469,43) e do valor reservado para eventual pagamento de franquia/POS do seguro contratado (R\$ 16.000,00), mencionado na Cláusula Sexta do contrato originário, que passará a constar conforme informação abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL
1. Seguro de bens móveis e imóveis	R\$ 23.469,43
2. Valor reservado para eventual pagamento de franquia/POS do seguro contratado *	R\$ 16.000,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (A+B)	R\$ 39.469,43



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

* O valor da franquia somente será utilizado em caso de sinistro, não havendo necessidade de empenho prévio.

Subcláusula Primeira – As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa 339039, conforme Nota de Empenho 2021NE000365, de 22/10/2021, a ser reforçada, caso necessário.

Subcláusula Segunda - O valor total estimado atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 52.000,00.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 65, I, b e seu § 1º, ambos da Lei 8.666/93, c/c a Cláusula Décima Primeira, item 13 e Cláusula Décima Quarta, Subcláusula Segunda, todas do Contrato originário (Supressão), e com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 17/2019 (Prorrogação).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 22 de outubro de 2021

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	
ERIKA MEDICI KLAFFKE Pela Contratada	IGOR DI BEO Pela Contratada
Fábria Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

ANEXO I DO ADITIVO N. 02 À CARTA-CONTRATO N. 17/2019/TRE-RO**TABELA CONTENDO OS REFLEXOS DESTA PRORROGAÇÃO COM SUPRESSÕES**

ITEM	IMÓVEL	Máximo Indenizável		Valor do Prêmio Termo Aditivo n. 01 (0589314)		Supressões		Valor do Prêmio Após Supressões		Máximo Indenizável Saldo		Valor do Prêmio Prorrogação 2021/2022
		Valor	% do Total	Por Imóvel	Total	Valor	%					
1	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - Edifício Sede	R\$ 19.793.536,19	40,2956%	R\$ 9.570,20	R\$ 23.750,00						R\$ 19.793.536,19	R\$ 23.469,43
2	Centro de Memória	R\$ 381.066,52	0,7758%	R\$ 185,48		R\$ 185,48	0,7758%			R\$ 23.469,43		
3	Arquivo Geral - Prédio Locado	R\$ 538.414,38	1,0961%	R\$ 260,32							R\$ 538.414,38	
4	Fórum Eleitoral de Porto Velho	R\$ 2.492.071,57	5,0733%	R\$ 1.204,92							R\$ 2.492.071,57	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5	Almoxarifado/Depósito de Urnas/Patrimônio	R\$ 6.079.731,14	12,3771%	R\$ 2.939,56			R\$ 6.079.731,14
6	Anexo III - Seção de Transporte	R\$ 2.512.608,17	5,1152%	R\$ 1.214,85			R\$ 2.512.608,17
7	Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim	R\$ 851.132,59	1,7327%	R\$ 411,52			R\$ 851.132,59
8	Fórum Eleitoral de Ariquemes	R\$ 1.588.848,25	3,2346%	R\$ 768,21			R\$ 1.588.848,25
9	Fórum Eleitoral de Buritis	R\$ 847.501,53	1,7253%	R\$ 409,77			R\$ 847.501,53
10	Fórum Eleitoral de Machadinho do Oeste	R\$ 786.216,97	1,6006%	R\$ 380,14			R\$ 786.216,97
11	Fórum Eleitoral de Jaru	R\$ 1.773.436,34	3,6104%	R\$ 857,46			R\$ 1.773.436,34
12	Fórum Eleitoral de Ouro Preto	R\$ 586.489,36	1,1940%	R\$ 283,57			R\$ 586.489,36
13	Fórum Eleitoral de Ji-Paraná	R\$ 979.072,93	1,9932%	R\$ 473,38			R\$ 979.072,93
14	Fórum Eleitoral de Presidente Medici	R\$ 568.547,55	1,1574%	R\$ 274,89			R\$ 568.547,55
15	Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste - Prédio Próprio	R\$ 195.381,57	0,3978%	R\$ 95,10	R\$ 95,10	0,3978%	
16	Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste - Prédio Locado	R\$ 680.094,84	1,3845%	R\$ 328,83			R\$ 680.094,84
17	Fórum Eleitoral de Cacoal	R\$ 1.209.363,00	2,4620%	R\$ 584,73			R\$ 1.209.363,00
18	Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno	R\$ 773.645,97	1,5750%	R\$ 374,06			R\$ 773.645,97
19	Fórum Eleitoral de Vilhena	R\$ 598.400,90	1,2182%	R\$ 289,33			R\$ 598.400,90
20	Fórum Eleitoral de Cerejeiras	R\$ 638.387,54	1,2996%	R\$ 308,66			R\$ 638.387,54
21	Fórum Eleitoral de Colorado do Oeste	R\$ 878.433,16	1,7883%	R\$ 424,72			R\$ 878.433,16
22	Fórum Eleitoral de Rolim de Moura	R\$ 577.692,30	1,1761%	R\$ 279,32			R\$ 577.692,30
23	Fórum Eleitoral de	R\$	0,6612%	R\$ 157,04			R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Santa Luzia	324.788,84						324.788,84	
24	Fórum Eleitoral de Alta Floresta	R\$ 681.717,35	1,3878%	R\$ 329,61				R\$ 681.717,35	
25	Fórum Eleitoral de Nova Brasilândia	R\$ 479.051,62	0,9753%	R\$ 231,62				R\$ 479.051,62	
26	Fórum Eleitoral de São Miguel	R\$ 764.575,22	1,5565%	R\$ 369,67				R\$ 764.575,22	
27	Fórum Eleitoral de Alvorada do Oeste	R\$ 710.401,88	1,4462%	R\$ 343,48				R\$ 710.401,88	
28	Fórum Eleitoral de Costa Marques	R\$ 830.238,88	1,6902%	R\$ 401,42				R\$ 830.238,88	
	TOTAL	R\$ 49.120.846,56	100,00%	R\$ 23.750,00		R\$ 280,58	1,1735%	R\$ 48.544.398,47	R\$ 23.469,43

ANEXO II DO ADITIVO N. 02 À CARTA-CONTRATO N. 17/2019/TRE-RO

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Valor inicial da Carta-Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo e de supressão deste aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Carta-Contrato n. 17/2019, assinada em 23/10/2019 – Volume IV do PA (evento n. 0468009). Vigência de: 23/10/2019 a 23/10/2020.	R\$ 52.000,00	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor: R\$ 52.000,00		
Termo Aditivo n. 01, assinado em 21/09/2020 – Volume VII do PA (evento 0589314). - Registro do desconto de 5%, em face da prorrogação da vigência contratual; e - Prorrogação contratual por 12 meses, de 23/10/2020 a 23/10/2021. Valor: R\$ 39.750,00	R\$ 39.750,00	
Termo Aditivo n. 02, assinado em ____/10/2021 – Volume X do PA (evento 0753917). - Supressão contratual de 1,135% (-R\$ 280,58); e - Prorrogação contratual por 12 meses, de 23/10/2021 a 23/10/2022. Valor: R\$ 39.469,43	R\$ 39.469,43	

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MEDICI KLAFFKE, Usuário Externo**, em 22/10/2021, às 13:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IGOR DI BEO, Usuário Externo**, em 22/10/2021, às 15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/10/2021, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 22/10/2021, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 25/10/2021, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0753917** e o código CRC **6F629733**.

0001801-25.2019.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001801-25.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Supressão do objeto e 2ª Prorrogação da vigência – Carta-Contrato nº 017/2019 - **CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCO TOTAL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO TRE-RO** - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 157 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL – SEMAP ([0432498](#)), objetivando a contratação de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes a este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizados na capital e no interior do Estado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Na Informação nº 173/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0737287](#)) a unidade gestora noticia a proximidade do término da vigência do ajuste de seguro predial, anotada para às 00:00hs do dia 24/10/2021, e solicita ao secretário da SAOFC o processamento da prorrogação contratual, nos termos sugerido. Ainda alude a unidade que os serviços são de natureza contínua e que estão sendo prestados a contento pela empresa contratada.

03. Em razão das condições de dois prédios da Justiça Eleitoral se encontrarem desocupados - Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0715714](#)) e o Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste ([0494379](#)) – a unidade gestora informa a necessidade de supressão desses itens que compõe o objeto, correspondente ao percentual de 1,135% do valor atual do contrato.

04. Ao final a unidade informa que para custeio do novo valor do contrato com a prorrogação pretendida, haverá necessidade de emissão de nota de empenho para o exercício de 2021 no valor de **R\$ 23.469,43 (vinte e três mil quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos)**.

05. Consultada sobre a dilação do prazo de vigência, a contratada manifestou interesse ([0737223](#)) e, ainda, nos termos da Subcláusula Segunda da Cláusula Quinta da Carta- Contrato nº 17/2019 ([0468009](#)), apresentou desconto sobre o valor do prêmio do seguro, documento juntado no evento [0737248](#).

06. Diante disso, o titular da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC determinou a programação orçamentária para cobrir a pretendida despesa e a SECONT para elaboração da minuta do instrumento contratual, após a AJDG para análise e deliberação quanto a minuta apresentada ([0737309](#)).

07. Por fim instruídos, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise ([0742149](#)). **É o breve relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 Da Supressão

08. A modificação do valor contratual, seja em decorrência de alteração quantitativa do objeto do contrato ou de supressão, é hipótese permitida nos termos do **artigo 65, inciso I, alínea “b” da Lei n. 8.666/93**.

09. Ademais, o § 1º, art. 65, da Lei 8.666/93 estabelece uma obrigação geral aos contratados, impondo a aceitação de acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato nas obras, serviços ou compras, nas mesmas condições contratuais, e para o caso ora em análise, tratando-se de reforma de edifício, até o limite de 50% para os acréscimos. Veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – [...]

II – [...]

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

10. Tendo como lastro a informação prestada pela unidade gestora da contratação (SEMAP), constata-se que há nos autos demonstração da necessidade da supressão do objeto contratual. O reflexo da supressão no objeto do contrato corresponde ao valor de R\$ R\$ 280,58 (duzentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos).

11. Assim sendo, não se observa óbice legal para efetivação da modificação unilateral instrumentalizada na minuta de Termo Aditivo nº 02 a Carta-Contrato 17/2019 (0742147). Frisa-se que instituto jurídico ora analisado é regulado na **Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda**, do instrumento contratual ora em análise.

2.2 Da prorrogação

12. A Corte de Contas admite tratar as contratações de seguro como sendo de serviços executados de forma contínua, conforme inteligência do Acórdão n. 600/2015 - TCU - Plenário.

13. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da empresa contratada e solicitação da unidade gestora da **Carta-Contrato nº 17/2019**, a prorrogação pretendida é necessária para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO.

14. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses).

15. Veja-se o que estabelece a **Lei n. 8.666/93, no seu art. 57, inciso II:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas para a Administração**, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. O primeiro requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

17. Ressalte-se que **Carta-Contrato nº 17/2019** em análise admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA QUINTA - Esta Carta-Contrato terá vigência no período a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI até o término da data de vencimento da apólice do seguro, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 600/2015 - TCU - Plenário.

18. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: **“iguais e sucessivos períodos”**. Tal requisito encontra-se atendido, conforme se verifica do relato do gestor que sugere a prorrogação do contrato por **igual prazo da vigência inicial de 12 meses**. Sendo que assim, caso deferida pela Administração, o presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato nº 17/2019, por mais 12 (doze) meses, a contar de 00:00hs do dia 24/10/2021**, mantidas as condições e os termos atuais da contratação (Informação nº 173/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP – 0737287).

19. Cumprir, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta SEGUNDA prorrogação do contrato, ora em análise.

20. O terceiro e último requisito que reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste, conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

21. Segundo registrado na Informação nº 173/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (0737287), a unidade SEMAP, gestora da contratação, pesquisou preços em contratos com o mesmo objeto entre órgãos da Administração Pública para aferir a vantajosidade da prorrogação, concluindo que o contrato se encontra na média de preços das contratações públicas de seguro predial.

22. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato.

23. Por derradeiro, a minuta do Segundo Termo Aditivo juntada aos autos (0742147) encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não necessitando de reparo em sua fundamentação. Assim, está apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

24. Diante ao exposto, **justificada a supressão** (0737287) -ademais balizado pelos **limites legais** - entende esta Assessoria Jurídica que a Administração **poderá autorizá-la com fulcro no art. 65, I, “b” e seu § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93** e na Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda, todos da Carta-Contrato nº 17/2019.

25. Considerando, sobretudo, a manifestação da unidade gestora (0737287) e a disponibilidade orçamentária para o suporte da despesa (0737374), esta assessoria jurídica **não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses**, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 17/2019.

26. Ainda, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada ao processo pelo evento 0742147.

27. Contudo, antes da assinatura do termo aditivo, deverá ser comprovada a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada, com a juntada aos autos das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

À consideração da unidade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 01/10/2021, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0745853** e o código CRC **B6E7C336**.

0001801-25.2019.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001801-25.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Supressão do objeto e 2ª Prorrogação da vigência – Carta-Contrato nº 017/2019 - Contratação de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO.

DESPACHO Nº 1348 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da empresa AXA SEGUROS S.A., CNPJ 19.323.190/0001-06, especializada em seguro predial para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes a este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizados na capital e no interior do Estado, materializada na Carta-Contrato n. 17/2019 ([0468009](#)), que se encontra em plena vigência até 00h00 do dia 23/10/2021, conforme Termo Aditivo n. 01 ([0589314](#)).

Nos termos da Informação nº 173/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0737287](#)), a SEMAP noticia a proximidade do término da vigência do ajuste de seguro predial, anotada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para às 00:00hs do dia 24/10/2021, solicitando ao secretário da SAOFC o processamento da prorrogação contratual, nos termos sugeridos

Ainda na referida informação, a unidade gestora ressalta que os serviços são de natureza contínua e que estão sendo prestados a contento pela empresa contratada. Relata que, devido estarem desocupados dois prédios da Justiça Eleitoral - Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0715714](#)) e o Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste ([0494379](#)) – há necessidade de supressão desses itens que compõem o objeto contratual, correspondente ao percentual de 1,135% do valor atual do contrato. Ao final, a SEMAP informa que, para custeio do novo valor do contrato com a prorrogação pretendida, haverá necessidade de emissão de nota de empenho para o exercício de 2021 no valor de **R\$ 23.469,43 (vinte e três mil quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos)**.

Consultada sobre a dilação do prazo de vigência, a contratada manifestou interesse ([0737223](#)) e, nos termos da Subcláusula Segunda da Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 17/2019 ([0468009](#)), também apresentou desconto sobre o valor do prêmio do seguro, conforme documento juntado no evento [0737248](#).

Por sua vez, a SAOFC encaminhou o pleito à COFC para programação orçamentária; à SECONT, para elaboração da Minuta de Termo Aditivo; bem como à AJDG, para análise e emissão de parecer jurídico ([0737309](#)).

A COFC procedeu à programação orçamentária, para o presente exercício, no valor de R\$ 23.469,43, informando que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA), conforme evento [0737374](#). Foi informado, também, que a proposta orçamentária de 2021 está registrada no processo SEI nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#).

Na sequência, a SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo nº 2 à Carta-Contrato nº 17/2019 (evento [0742147](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0742149](#)).

A Assessoria Jurídica emitiu o Parecer Jurídico n. 157/2021 ([0745853](#)), no qual entendeu estar justificada a supressão ([0737287](#)) - balizada pelos limites legais - motivo pelo qual opinou pela possibilidade de autorização, com fulcro no art. 65, I, “b” e seu § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima, item ix c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda, todos da Carta-Contrato nº 17/2019. Verificou, também, não haver óbice para a prorrogação do prazo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 17/2019. Além disso, aprovou os termos da minuta do Termo Aditivo juntada aos autos pelo evento [0742147](#), por estar em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93. Ressalvou, ainda, a imprescindibilidade de ser comprovada a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada, com a juntada aos autos das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

Por fim, a SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do **prazo de vigência** da Carta-Contrato 17/2019 ([0468009](#)) por mais 12 (doze) meses, a partir das 24:00hs do dia 23/10/2021 até as 24:00hs do dia 23/10/2022, com fundamento no [art. 57, II, da Lei nº 8.666/93](#) c/c na Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 17/2019, e pela autorização para emissão de nota de empenho no valor de R\$ 23.469,43 (vinte e três mil quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos) em favor da empresa contratada AXA SEGUROS S.A., CNPJ Nº 19.323.190/0001-06 (Manifestação n. 390/2021 - evento [0746021](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, verifica-se que as justificativas apresentadas pela SEMAP na Informação nº 173/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0737287](#)) são pertinentes, em especial acerca da necessidade de supressão do objeto contratado, considerando as condições dos prédios desocupados correspondentes aos locais 2 e 15 que representam, respectivamente, os imóveis onde funcionavam o Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0715714](#)) e o Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste ([0494379](#)).

Registra-se, também, que há previsão na **Cláusula Décima, item 9, c/c Cláusula Décima Quarta, Subcláusula Segunda**, da Carta-Contrato n. 17/2019 ([0468009](#)), acerca da possibilidade de modificação unilateral para acréscimos e supressões do objeto nos limites estabelecidos no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Ademais, é necessária a obediência ao **limite máximo no percentual de 25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante disposto no §1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

Omissis

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

Constata-se que há nos autos demonstração da necessidade da supressão do objeto contratual. O reflexo da supressão no objeto do contrato corresponde ao valor de R\$ 280,58 (duzentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos), que equivale ao montante de 1,135% do valor atual do contrato, conforme justificativas da SEMAP ([0737287](#)). Portanto, dentro do limite de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido na primeira parte do §1º do art. 65 da Lei 8666/1993.

Assim, não há óbice para efetivação da modificação unilateral instrumentalizada na minuta de Termo Aditivo nº 02 à Carta-Contrato 17/2019 ([0742147](#)). Frisa-se que instituto jurídico ora analisado é regulado na **Cláusula Décima, item 9, c/c Cláusula Décima Quarta, Subcláusula Segunda da carta-contrato originária**, e Cláusula Primeira, item 1, da minuta de Termo Aditivo 2 ([0742147](#)).

Com relação à prorrogação do contrato, observa-se que há previsão na Cláusula Quinta da Carta-Contrato n. 17/2019 ([0468009](#)), *ipsis litteris*:

CLÁUSULA QUINTA - Esta Carta-Contrato terá vigência no período a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI até o término da data de vencimento da apólice do seguro, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 600/2015 - TCU - Plenário.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de seguro predial para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto ao requisito “**iguais e sucessivos períodos**”, verifica-se que foi atendido, conforme se observa do relato do gestor que sugere a prorrogação do contrato por **igual prazo da vigência inicial de 12 meses**. Assim sendo, caso aprovado pela Administração, o presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato nº 17/2019, por mais 12 (doze) meses, a contar de 00:00h do dia 23/10/2021**, mantidas as condições e os termos atuais da contratação (Informação nº 173/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP – 0737287).

Verifica-se, também, que o limite de vigência, previsto no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, não será alcançado, pois se trata da SEGUNDA prorrogação da Carta-Contrato n. 17/2019.

Quanto ao último requisito “**preços e condições mais vantajosos para a Administração**”, neste caso, observa-se que a SEMAP, unidade gestora da contratação, pesquisou preços em contratos com o mesmo objeto entre órgãos da Administração Pública, para aferir a vantajosidade da prorrogação, concluindo que o contrato encontra-se **na média de preços** das contratações públicas de seguro predial, nos termos da Informação nº 173/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0737287](#)).

Por todo exposto, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

a) autorizo a supressão contratual de 1,135% sobre o valor da Carta-Contrato nº. 17/2019 ([0468009](#)), firmada com a empresa AXA SEGUROS S.A., CNPJ Nº 19.323.190/0001-06, com fundamento no [art. 65, I, “b” e seu § 1º, da Lei nº 8.666/93](#), com a Cláusula Décima, item 9, c/c Cláusula Décima Quarta, Subcláusula Segunda da carta-contrato originária;

b) autorizo a prorrogação do prazo de vigência da Carta-Contrato nº. 17/2019 ([0468009](#)), por mais 12 meses, a partir das 24:00h do dia 23/10/2021 até as 24:00h do dia 23/10/2022, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fundamento no [inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Quinta do Contrato Originário;

c) autorizo a atualização do valor da Carta-Contrato nº. 17/2019 ([0468009](#)), fixando seu novo valor em R\$39.469,43



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(trinta e nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos); e

d) Determino a

notificação da empresa contratada para **demonstração nos autos da situação de regularidade** com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura do Termo Aditivo.

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 13/10/2021, às 18:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0747319** e o código CRC **E105733D**.